Revista Brasileira de História & Ciências Sociais – RBHCS
Vol. 16 Nº 32, Jan - Jun de 2024
Universidade Federal do Rio Grande – FURG

Sociologia Modernista e Cultura Historiográfica: tempo e sociedade nas primeiras décadas do século XX.

Modernist Sociology and Historiographic Culture: time and society in the first decades of the 20th century.

Maro Lara Martins*

Resumo: A partir do diálogo entre história e sociologia, este artigo procura as matrizes da interpretação do Brasil a partir do ensaio e do ensaísmo dos anos 1930 no país, revelando os modos pelos quais o diagnóstico da Modernidade Patológica se estabeleceu como ponto de partida para os intelectuais brasileiros daquele período. De um lado a sociologia modernista, que emerge do modernismo. Investiga-se a composição das interpretações historiográficas, fruto da cultura historiográfica, e da consciência sociológica, que emerge do nascente modernismo brasileiro, de outro, a maturação de uma cultura historiográfica nacional que vinha se afirmando desde o final do século XIX. Ambas, produzidas indistintamente nas mãos de intelectuais polígrafos, pouco afeitos às divisões disciplinares.
Palavras-chave: Modernismo. História Intelectual. História das Ciências.

Abstract: Based on the dialogue between history and sociology, this article seeks the matrices of the interpretation of Brazil from the essay and essayism of the 1930s, revealing the ways in which the diagnosis of Pathological Modernity was established as a starting point for brazilians intellectuals of that period. In one hand, modernist sociology emerges from modernism and investigates the composition of historiographical interpretations, the result of the historiographical culture, and sociological consciousness, which emerges from the nascent Brazilian modernism, on the other hand, the maturation of national historiographical culture that had been asserting itself since the end of the 19th century. Both, produced interpretations in the hands of polygraph intellectuals, non-used disciplinary divisions.

* Graduação em História pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), mestrado em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) e doutorado em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ). Realizou estágio pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Atualmente, é Professor do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e coordenador do Núcleo de Teoria Social e Interpretação do Brasil (NETSIB-UFES).

Keywords: Modernism. Intellectual History. History of Sciences.

Nos últimos anos, as relações entre História e Ciências Sociais têm se tornado cada vez mais efetivas, seja na composição metodológica entre as áreas (Burke, 2002), seja na constituição de áreas específicas, como o Pensamento social e político brasileiro (Lynch, 2013) e a História das ciências sociais (Miceli, 1989), nas quais a efetivação do diálogo e mesmo o compartilhamento de objetos de estudos em comum se fazem presentes. Ou mesmo na possibilidade de teorização sobre a produção científica realizada em contextos fora do Atlântico Norte (Maia, 2011), na procura pela sistematização de interpretações e experiências intelectuais periféricas (Martins, 2019), o que recairia sobre o tema do papel dos intelectuais em contextos nacionais (Carvalho, 2007) ou mesmo transnacionais (Cotrim; Maio, 2021).

Neste sentido, caberia a avaliação das distintas trajetórias pelas quais foram se formando essas disciplinas em seu processo de autonomia relativa (Lepenies, 1998), seja em relação umas às outras, seja em relação à Literatura e às Ciências Naturais. No caso da formação da sociologia brasileira no início do século XX, o ensaio como forma de escrita adquiriu papel decisivo, e o diálogo com a Historiografia se faria de modo determinante para o sucesso ou fracasso da empreitada. A Historiografia seria utilizada como método de análise e validação das hipóteses aventadas. Assim, o que se propõe neste texto, além do diálogo do ponto de vista teórico entre a Historiografia e a Sociologia, é uma análise sobre a história da sociologia ou história das ciências sociais. Na primeira parte do texto, busca-se uma definição da categoria 'sociologia modernista', sua relação com o ensaio, a forma de escrita, e com o nascente Modernismo brasileiro. Na segunda parte, toma-se como ponto de partida o *Manual Bibliográfico de Estudos brasileiros*, publicado nos anos 1940, para a investigação da constituição de uma cultura historiográfica no país e suas repercussões sobre o campo intelectual. Na terceira parte, investiga-se a composição das interpretações historiográficas, fruto da cultura historiográfica e da consciência sociológica que emerge da sociologia modernista - ambas produzidas indistintamente pelas mãos de intelectuais polígrafos, pouco afeitos às divisões disciplinares. E por fim, na última parte, procura-se debater o conteúdo destas interpretações dentro de um quadro geral dos diversos diagnósticos sobre a Modernidade que surgiram à época.

Ensaio e Sociologia Modernista: um desafio historiográfico

A despeito da imensa produção intelectual do início do século XX são os ensaios de interpretação geral que comumente são associados ao surgimento da sociologia no Brasil. Para uma diferenciação de outros estilos propícios ao ofício do sociólogo, torna-se necessária uma definição sobre estes estudos que ficaram como clássicos da interpretação do Brasil, e que pelo estilo de escrita, o ensaio, constituíram uma parcela da tradição de se fazer sociologia, o ensaísmo. Posto nestes termos, a perspectiva de florações da sociologia modernista (Martins, 2019) possibilitaria uma visão móvel e dinâmica sobre a história da sociologia brasileira, na medida em que o termo possibilitaria, por exemplo, a convivência e interdependência com outras formas de sociologia, como a sociologia acadêmica, a sociologia profissional, que se institucionalizou no país, ou a sociologia monográfica presente no período, além da relação com outros suportes de escrita e outros tipos de linguagem, como a literatura e as artes. A metáfora da floração da sociologia modernista permitiria entender estas formas de conhecimento intimamente conectadas ao canteiro do qual fazem parte, imiscuídas entre diversas folhagens, mas com características comuns, sendo possível sua identificação.

A sociologia modernista é uma das formas clássicas do ofício, uma tradição de se fazer sociologia. Refere-se muito mais a uma série de temas e formas de apresentação das ideias do que a um mero encadeamento de livros e autores. Consiste em conjuntos de pressupostos, valores e concepções que catalisam interpretações e cristalizam ângulos interpretativos. Em suma, construiu-se enquanto perspectiva analítica composta por sua transversalidade e intertextualidade, um conjunto de parâmetros para se interpretar o Brasil que difere de outras tradições de interpretação e de outros modos de se fazer sociologia. As primeiras florações da sociologia modernista encontraram terreno fértil de desenvolvimento no final do século XIX, perpassando as primeiras décadas do século XX (Martins, 2019). O desenvolvimento do canteiro sociológico se daria com maior adubagem na década de 1930, com a proliferação efetiva desta tradição de interpretação e o aprimoramento de seus principais argumentos. E por fim, a última floração deste tipo de análise se daria em torno do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), nos anos 1950. Entretanto, os percursos que levaram às diferentes florações são entrecortados,

descontínuos. Não constituem uma linha histórica contínua ou evolutiva, são, antes, plurivocidade discursiva, com temas entrecortados, conflituosos, que se embaraçam e se interseccionam a partir de um conjunto de repertórios e de um estilo de interpretação.

A partir deste tipo de interpretação do país realizado por ensaios, apreende-se a particular configuração histórica da constituição das relações entre Estado e sociedade no Brasil (Lavalle, 2004). Uma vez que esta questão em torno da qual se forma a sociologia modernista, e a própria disciplina, pode ser entendida e imiscuída como o processo de formação de uma comunidade política típica da modernidade, que envolveria a articulação de alguns aspectos cruciais relacionados ao modernismo e à modernização: a burocratização do poder público, a formação de uma solidariedade social adequada a este tipo de autoridade, a formação de uma sociabilidade e a constituição de uma subjetividade moderna e os enlaces do moderno específicos desta região se comparada ao processo ocidental clássico (Martins, 2023). Embora relacionada ao valor heurístico do relacionamento público/privado abordado nesses ensaios para a discussão dos impasses do Estado-nação no Brasil, aprofunda-se uma compreensão sociológica das interpretações não como descrições externas, mas, antes, constitutivas enquanto forças sociais do próprio processo moderno de nacionalização da vida social[1].

Por fim, cabe mencionar que esses diagnósticos provenientes dessas interpretações se ancoram na construção de uma historiografia. E isso em dois sentidos, no da escrita da história e no de fundamentar os argumentos com base na história. Isto é, a história enquanto escrita - analisada, ponderada, sopesada e interpretada por meio de conceitos explicativos. E a história enquanto devir da sociedade no tempo, enquanto coleta e seleção de fatos. Posto dessa maneira, a historiografia efetuada pelas interpretações do Brasil, ou pela sociologia nascente, conjugou três elementos fundamentais. O primeiro diz respeito à própria explicação da história brasileira no que tange aos conceitos e à própria noção de tempo histórico. O segundo se relaciona aos personagens desse enredo, lidos e interpretados a partir da chave do interesse e da virtude. E por fim, o espaço no qual a trama se desenrola, elaborando uma criativa cartografia semântica (Martins, 2014).

[1] *Cf.* WERNECK VIANNA, 1997; BOTELHO, 2007; BRANDÃO, 2005; TAVOLARO, 2005.

Essas sugestões teóricas são cruciais porque permitem rediscutir as interpretações do Brasil, e, por conseguinte, a sociologia modernista, em um outro patamar analítico, não somente como a exegese dos textos, mas sondando a sua contribuição para a criação de um espaço social de comunicação entre dimensões distintas da sociedade brasileira, operando nela como um tipo de metalinguagem do próprio grupo social ao qual pertencem, de sua sociedade, de seu Estado-nação e de seu tempo (Werneck Vianna, 1997; Botelho, 2007). Assim, a constituição do Estado Nacional, no campo político, a consolidação do capitalismo industrial, na área econômica, e a estrutura de classes sociais, na esfera social, em cada contexto, tempo e espaço, adquirem um andamento diferenciado, conservando, entretanto, aspectos universais de inter-relacionamento[2].

Cultura historiográfica e sensibilidade temporal: o caso do *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros*.

No final da década de 1940, Rubens Borba de Morais e William Berrien organizaram o *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros* (MBEB). A intenção dos organizadores era propiciar um levantamento da bibliografia básica sobre diferentes áreas do conhecimento das ciências humanas que tiveram o Brasil como objeto de análise e apreciação. A listagem das obras incluiu áreas como Filologia, Etnologia, Literatura, Folclore, Sociologia, Geografia, História, Arte, Direito, Teatro e Educação. O *Manual* contou com o suporte do Comitê de Estudos Latino-americanos da Universidade de Harvard, foi financiado pela Fundação Rockefeller, e utilizou como modelo de publicação o *Handbook of Latin American Studies*, que fora publicado pela primeira vez em 1936. A publicação do *Manual* estava prevista para o ano de 1943, mas foi adiada devido a vários fatores, sobretudo à entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial, dando-se sua publicação apenas seis anos mais tarde. Por isso, a data das publicações coletadas foi até o ano de previsão do lançamento do *Manual*. Segundo Berrien, esta publicação "trata[va]-se de breve histórico sobre o desenvolvimento e a situação das disciplinas selecionadas, acompanhado de uma

[2] A tensão entre universalismo e nacionalismo se tornou patente no ensaísmo sociológico dos anos 30 e no modernismo que lhe dá substrato. Como se verá adiante, o modernismo brasileiro, e talvez o de certa parte do subcontinente latino-americano, se diferenciou das matrizes do modernismo ocidental central. Não somente pelas atribuições e a forma como se deu a recepção do modernismo nesta região, mas em grande medida, pela tradição histórica e pelo processo de modernização realizado.

bibliografia crítica e seletiva de itens, que deve[ria]m ser básicos para o estudo do assunto" (Berrien, 1998, p.14).

Os organizadores estavam cientes de que este tipo de publicação, apesar das eventuais limitações e lacunas, era fundamental por propiciar um panorama geral dos estudos publicados que versavam sobre o Brasil. Além disso, os organizadores tiveram o cuidado de incluir antes de cada listagem de obras estudos introdutórios escritos por diversos intelectuais do período, como José Honório Rodrigues, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, Otávio Tarquínio de Souza, Alice Canabrava, Mário de Andrade, Manuel Bandeira, Astrojildo Pereira, Francisco de Assis Barbosa, Robert Smith, Pierre Monbeig e Donald Pierson.

Quadro 1 – Assuntos e Autores do *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros*.

Assunto	**Autor (es)**	**Assunto**	**Autor (es)**
Arte	Robert Smith	**História (Bandeiras)**	Alice Canabrava
Direito	Silvio Portugal	**História (os holandeses no Brasil)**	José Honório Rodrigues
Educação	Raul Briquet e Lourenço Filho	**História (viagens)**	Rubens Borba de Morais
Etnologia	Herbert Baldus	**História (assuntos especiais)**	Caio Prado Júnior
Filologia	J. Mattoso Câmara Júnior	**Literatura**	William Berrien
Folclore	Mário de Andrade	**Literatura (pensadores, críticos e ensaístas)**	Astrojildo Pereira
Geografia[3]	Pierre Monbeig	**Literatura (romances, contos e novelas)**	Francisco de Assis Barbosa
História (Obras Gerais)	Alice Canabrava e Rubens Borba de Morais	**Literatura (poesia)**	Manuel Bandeira
História (Período Colonial)	Sérgio Buarque de Holanda	**Música**	Luís Heitor Correia de Azevedo
História (Independência, Primeiro Reinado, Regência)	Otávio Tarquínio de Souza	**Sociologia**	Donald Pierson
História (Segundo	Caio Prado Júnior	**Teatro**	Leo Kirschenbaum

[3] Com uma nota relativa à zoogeografia brasileira escrita por Paulo Sawaya.

Reinado)			
História (República)	Gilberto Freyre	**Obras Gerais de Referência**	Rubens Borba de Morais e José Honório Rodrigues

Fonte: Morais; Berrien, 1998.

Entre os assuntos tratados, a área de História contemplou o maior número de publicações. Ela congregou também o maior número de autores, sete, e subdivisões, nove. Foram listadas 1.302 obras de história[4], o que corresponde a 22% do total de 5.887 obras. Em seguida estão, respectivamente, Arte, Geografia, Sociologia, Direito, Educação e Literatura.

Quadro 2 – Assuntos e Número de Obras do *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros*.

Assunto	Obras	Assunto	Obras
Arte	968	Geografia	633
Direito	462	História	1302
Educação	419	Literatura	384
Etnologia	255	Música	303
Filologia	249	Sociologia	587
Folclore	178	Teatro	52

Fonte: Morais; Berrien, 1998.

Ao início do século XX, já havia no Brasil uma cultura historiográfica persistente no desvendamento das idiossincrasias da história brasileira. Herdeira do século XIX, essa cultura admitiria a História como ciência e como método de análise para se conhecer a realidade. Os debates provenientes desde a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em meados do século XIX, e a constituição de uma historiografia moderna no país adquiririam constância e a produção de obras caracterizadas no campo de estudos da história e da historiografia aumentava de modo significativo (Guimarães, 1998; Diehl, 1998).

[4] Como o processo de diferenciação das disciplinas estava em seu início, é possível observar algumas referências cruzadas entre as diferentes áreas do saber. Demonstrando assim, a proximidade da história com a sociologia, a geografia, o direito, a etnologia, e até mesmo a literatura. Por outro lado, ao realizar essa referência cruzada, se observa a poligrafia dos intelectuais, autores que estão listados como referências básicas ao mesmo tempo em diversas áreas do conhecimento.

Retomando o debate da publicação de livros, em especial das análises sobre o *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros* (MBEB), organizado por Rubens Borba de Morais e William Berrien, observa-se com maior nitidez tanto o aumento quantitativo de publicações - sobretudo no início do século XX até os anos 1930 e sua curva crescente - quanto as temáticas pelas quais os anos 1930 se movimentaram. A parte de história conteria 22% (vinte e dois por cento) do total de livros elencados pela bibliografia, distribuída em quatrocentas páginas do MBEB. Em número de páginas, quase um terço do MBEB se dedicou ao tema da História e sua bibliografia, ademais, os textos introdutórios da parte da História são também aqueles que ganharam mais espaço.

Tabela 1 – Assuntos e Autores da Área de História do MBEB

Assunto	Autor (es)	Assunto	Autor (es)
Obras Gerais	Rubens Borba de Morais e Alice Canabrava	**Bandeiras**	Alice Canabrava
Período Colonial	Sérgio Buarque de Holanda	**Os Holandeses no Brasil**	José Honório Rodrigues
Independência, Primeiro Reinado, Regência	Otávio Tarquínio de Sousa	**Viagens**	Rubens Borba de Morais
Segundo Reinado	Caio Prado Júnior	**Assuntos Especiais**	Caio Prado Júnior
República	Gilberto Freyre		

Fonte: Morais & Berrien, 1998.

No MBEB, a parte destinada à História se dividiu em nove itens, com sete autores, e foram elencadas mil trezentas e duas obras no total. Observam-se duas tendências no modo como a bibliografia foi dividida. A primeira acompanha a sequência da história política brasileira, na divisão estabelecida entre Colônia, Primeiro Reinado, Segundo Reinado e República. A segunda tendência é a exposição dos principais debates à época, derivados em temas gerais, como a escravidão, as bandeiras, as diferenças entre a colonização portuguesa e a holandesa, os relatos de viagens, a administração pública, a cultura popular, o clero e a igreja, os indígenas e a história etnográfica.

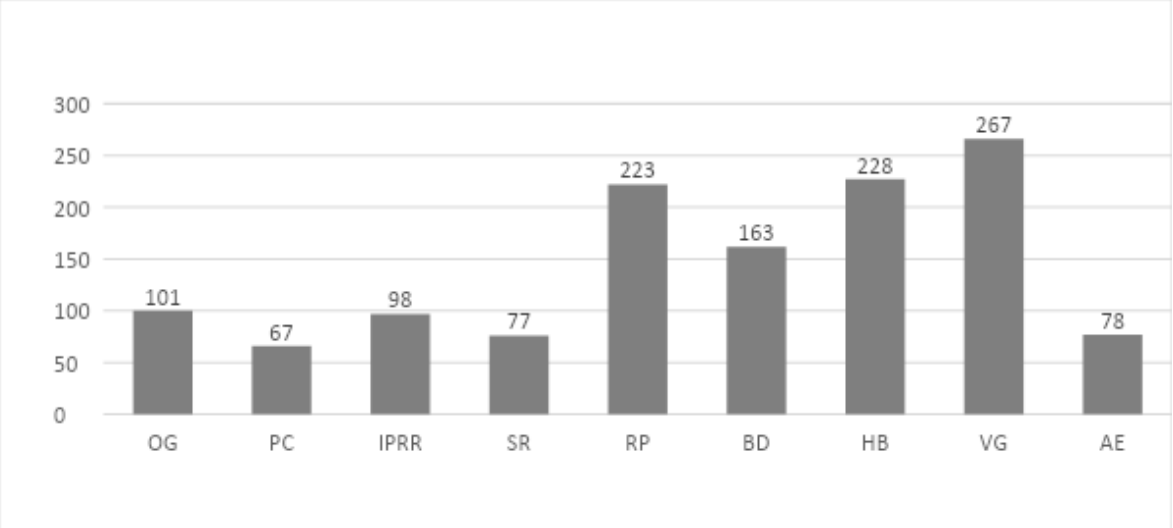
Tabela 2 – Divisão da Área de História do MBEB

Obras Gerais	**101**
Período Colonial	67
Independência, Primeiro Reinado, Regência	98
Segundo Reinado	77
República	223
Bandeiras	163
Os Holandeses no Brasil	228
Viagens	267
Assuntos Especiais	78
TOTAL	**1302**

Fonte: Morais; Berrien, 1998.

Na primeira divisão de obras, relacionada à história política, o período colonial (PC) ficou a cargo de Sérgio Buarque de Holanda. A Independência, o Primeiro Reinado e a Regência (IPRR) ficaram sob o comando de Otávio Tarquínio de Sousa. O Segundo Reinado (SR) ficou por conta de Caio Prado Júnior, enquanto que a República (RP) ficou com Gilberto Freyre. Sobre a segunda tendência, no item Obras Gerais (OG), a organização ficou por conta de Rubens Borba de Morais e Alice Canabrava, que ainda organizariam a parte das viagens (VG) e das bandeiras (BD), respectivamente. E por fim, Os Holandeses no Brasil (HB) ficaria a cargo de José Honório Rodrigues, enquanto o item Assuntos Especiais (AE) ficaria com Caio Prado Júnior. Estas duas últimas divisões foram aquelas que possuíram o maior número de subdivisões. Na parte sob responsabilidade de José Honório Rodrigues foram oito as subdivisões: história da expansão colonial holandesa; fontes gerais de interesse para a história dos holandeses no Brasil; fontes regionais de interesse para a história dos holandeses no Brasil; história geral dos holandeses no Brasil; história de lutas; história diplomática; história econômica e social; história natural e médica, etnografia e artes. Enquanto que os Assuntos Especiais de Caio Prado Júnior foi dividido em cinco subitens: escravidão africana, tráfico, abolição; indígenas, legislação, estatuto jurídico e social; igreja, clero, ordens religiosas; história econômica, estatística; história constitucional, administrativa e jurídica, limites interprovinciais.

Gráfico 1 – Divisão das Obras de História e Número de Obras



Fonte: Morais; Berrien, 1998.

Quase todos os subitens da parte de história contavam com uma introdução escrita pelos responsáveis de cada subitem e ao fim era selecionada a bibliografia. Entretanto, nem todos os autores, por motivos não expostos no MBEB, selecionaram a bibliografia de suas respectivas partes. Alice Canabrava e Rubens Borba de Morais selecionaram a bibliografia constante nas partes de Independência, Primeiro Reinado e Regência, Segundo Reinado e República, além, é claro, das partes que ficaram sob suas responsabilidades. Na tendência da história política, foram selecionadas 465 (quatrocentos e sessenta e cinco) livros, o que corresponde a um pouco mais de 35% (trinta e cinco por cento) do total de obras publicadas, enquanto a tendência temática apresentaria ao leitor o número de 837 (oitocentos e trinta e sete) obras, correspondendo a quase 75% (setenta e cinco por cento) do total.

Sobre a tendência de divisão da história brasileira, pautada, sobretudo, por sua história política, Gilberto Freyre apontaria que:

> [...] o critério de dividir-se rigidamente a história de um país em épocas - épocas políticas - consideramo-lo uma arbitrariedade. Se transigimos com ele é com restrições profundas e só no interesse da necessária sistematização de material bibliográfico: sistematização que se baseie sobre a convenção mais geralmente aceita (Freyre, 1998, p. 669).

Esses pontos nos levam ao debate sobre a existência de uma cultura historiográfica que afirmaria dois pontos centrais de sua constituição: uma corrente de estudos, ou de perspectiva, que privilegiaria a história política, herdeira da tradição historiográfica do século XIX, especialmente do IHGB, e outra que privilegiaria a contemporaneidade e os debates públicos sobre assuntos diversos, e que se utilizaria da História como método de análise e investigação.

Historiografia e Sociologia nas mãos de polígrafos

Especialmente sobre o segundo eixo, a sociologia modernista se constituiu e se apropriou da cultura historiográfica existente para elaborar suas análises. Sociologia e Historiografia estavam intimamente conectadas ao modo de interpretação do Brasil, indissociadas enquanto disciplinas autônomas, manuseadas pelas mãos de polígrafos. Entretanto, uma pequena diferença entre as duas áreas se fazia notar e, em certa medida, já era percebida desde a primeira floração da sociologia modernista. A historiografia seria utilizada como método, mas os conceitos explicativos adviriam da sociologia, assim, a especialização e a divisão em áreas distintas do conhecimento e a consolidação das disciplinas enquanto áreas autônomas não seriam a melhor opção para a interpretação do país.

Quanto a este ponto, Gilberto Freyre foi elucidativo:

> Devemos, entretanto, esclarecer que não nos consideramos especialistas em nenhuma das épocas políticas em que se divida a História do Brasil, desde que os estudos de nossa predileção se conformam antes com o critério histórico-sociológico de estudo de tendências, tipos e instituições sociais e de cultura (nem sempre coincidentes, em seu desenvolvimento, com as épocas ou os períodos políticos do desenvolvimento de um povo), do que com o critério principalmente político e rigorosamente cronológico, em geral adotado (Freyre, 1998, p.669).

Um dos pontos centrais em que a sociologia modernista se empenharia com relação à metodologia da história era a profunda separação entre a história descritiva e a história analítica. Desde a virada do século XX, a sociologia modernista se comprometeria a atestar as potencialidades da história como método analítico de interpretação, contestando a história cronológica e fatual. Em um de seus belos textos

sobre o assunto, exemplo da primeira floração da sociologia modernista, Sílvio Romero asseguraria que:

> [...] todo conhecimento deve ser *explicativo* e não meramente descritivo: de todas as explicações as mais compreensivas são as *históricas*; de todas as explicações históricas as mais elucidativas são as que se referem às *origens*; porque são estas as que deixam o espírito surpreender em seu início as forças latentes, em sua pureza nativa a índole dos fatores e a qualidade dos impulsos que os fizeram juntar-se e cooperar em comum (Romero, 2002, p.209).

Dois pontos chamam a atenção nesta citação de Romero. O primeiro é a reafirmação da historiografia como método de conhecimento analítico-compreensivo, atestando a utilidade pragmática da História. O segundo é a proposição de uma análise historiográfica que buscaria as origens, a evolução, a formação, ou mesmo as raízes dos temas a serem tratados e elencados, para ficarmos com termos que serão utilizados nos títulos dos trabalhos da sociologia modernista dos anos 1930.

Sobre o primeiro aspecto, Manoel Bomfim afirmaria que o estudo da história não se poderia limitar a simples enunciados dos fatos, que ficariam, deste modo, sem valor (Gontijo, 2003), por sua vez, Alberto Torres indicaria que a história do país ainda estaria por ser escrita, para além da "série cronológica dos fatos das colônias dispersas, e a sucessão, meramente política, de episódios militares e governamentais" (Torres, 1978, p.64).

Inventariando contra o que chamou de 'páginas mortas do documento', Oliveira Vianna viria a conceber à história, de utilidade pragmática, uma perspectiva que se apoiaria num método comparativo e interdisciplinar, a finalidade de desvendamento das idiossincrasias das diversas organizações sociais e políticas. Em seus primeiros livros, Oliveira Vianna clamava pelo início dos estudos sistemáticos acerca da história, pois "nós somos um dos povos que menos estudam a si mesmo: quase tudo ignoramos em relação à nossa terra, à nossa raça, às nossas regiões, às nossas tradições, à nossa vida, enfim, como agregado humano independente" (Vianna, 1987, p.15). Esta intensa preocupação o levará, assim como a Alberto Salles, Manoel Bomfim, Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Alberto Torres e Paulo Prado, a uma incursão ao tempo histórico para definir a caracterização do tipo de sociedade que se desenvolveu nesta parte do continente americano.

Além do senso de realismo e da utilidade pragmática da história, no campo da teoria e filosofia da história, uma questão se colocara diante da sociologia modernista: o problema da objetividade dos estudos históricos. Sílvio Romero apontaria que nas Ciências Humanas o critério de objetividade que se conectaria ao tema da verdade histórica deveria ser reformulado pelo próprio caráter da história enquanto método de conhecimento, na medida em que "se tratando de ciências e disciplinas que se ocupam das criações humanas, cresce de ponto a luta e a desordem aparece quase sempre" (Romero, 2002, p. 371).

Disciplina das criações humanas, a História, segundo as palavras de Oliveira Vianna, "pela natureza justamente do seu objetivo, justamente por ser uma ciência de evocação, versando matéria, a que falta o encanto das cousas vivas, não pode dispensar o auxílio das artes da ficção." (Murari, 2011). Enquanto que Paulo Prado, em *Retrato do Brasil* (1928), afirmaria o caráter imagético da história, e pintaria, nas suas palavras, um quadro impressionista da história brasileira, mais atento à sensação geral produzida pelas imagens do que à precisão de contornos do desenho das datas ou da cronologia. Mais afeito, pois, às perspectivas da psicologia social, disciplina, assim como a História, indissociada, no período, desta nascente sociologia[5].

Associada ao tema da objetividade, no plano da filosofia da história, conectaria-se a busca pelo sentido da história, pelos elementos constituintes que fariam a roda do tempo girar. Seria preciso desvendar os mecanismos pelos quais se constituiria a engenhosidade do tempo, aquele diabo ao qual Francisco Campos se referia, ou ao método revolucionista, proposto por Azevedo Amaral, segundo o qual "examinado por um prisma analítico, o processo histórico torna-se fragmentário" (Amaral, 1934, p.14). A sociologia modernista construiria, paulatinamente, uma variação das perspectivas evolucionistas no campo da historiografia e da filosofia da história.

No prefácio à quarta edição da obra *Evolução do povo brasileiro* (1956), Oliveira Vianna exporia sua concepção evolucionista reagindo contra a forma unilinear de entender a evolução das sociedades a partir das supostas leis gerais que a comandariam. Acolhendo os conceitos de Gabriel Tarde, Vianna considerava que

[5] Cabe lembrar que a área de psicologia social foi colocada no ramo da sociologia no MBEB, parte que coube ao sociólogo estadunidense Donald Pierson.

existiriam múltiplas tendências na evolução das sociedades, e que seria impossível reduzi-las a um único esquema. No estudo das sociedades se poderia encontrar, segundo Oliveira Vianna, uma multiplicidade de linhas de evolução e de fatores que interviriam nessas linhas:

> Para essa multiplicidade de tipos, para essa variedade de linhas de evolução, para este *heterogenismo* inicial contribui um formidável complexo de fatores de toda ordem, vindos da Terra, vindos do Homem, vindos da Sociedade, vindos da História: fatores étnicos, fatores econômicos, fatores geográficos, fatores históricos, fatores climáticos, que a ciência cada vez mais apura e discrimina, isola e classifica. Estes predominam mais na evolução de tal agregado; aqueles, mais na evolução de outro, mas, qualquer grupo humano é sempre da colaboração de todos eles; nenhum há que não seja a resultante da ação de infinitos fatores, vindos, a um tempo, da Terra, do Homem, da Sociedade e da História. Todas as teorias, que faziam depender a evolução das sociedades da ação de uma causa única, são hoje teorias abandonadas e peremptas: *não há atualmente monocausalistas em ciências sociais* (Vianna, 1956, pp.29-30).

Associada ao tema da objetividade dos estudos históricos e da busca pela dinâmica da história, a questão da neutralidade deste tipo de conhecimento se sobrelevaria. Na década de 1920, seria Oliveira Vianna quem melhor exporia as relações entre conhecimento histórico e definição realista da política. Dentro de sua concepção de história estava embutida a ideia da história como mestra da política, de modo que tais estudos possuiriam uma função pragmática, entendida aqui também no sentido de utilidade ou, nas palavras do próprio autor, revestidas de um valor prático.

> Nunca será demais insistir na urgência da reação contra esse preconceito secular; na necessidade de estudarmos o nosso povo em todos os seus aspectos; no imenso valor prático destes estudos: somente eles nos poderão fornecer os dados concretos de um programa nacional de reformas políticas e sociais, sobre cujo êxito nos seja possível contar com segurança (Vianna, 1956, p.39).

Este labirinto pelo qual se moveria a sociologia modernista na definição entre diagnóstico e prognóstico, centrado, sobretudo, no tema da objetividade e utilidade dos estudos brasileiros, levaria os autores sutilmente a colocar as tendências ideológicas ou mesmo preferenciais de organização do mundo político de forma

implícita nas suas conclusões. Ainda que ponderassem sobre o tema da constituição da historiografia e clamassem por estudos mais sólidos da cultura brasileira, veriam-se dispostos a aceitar como missão geracional o desvendamento do enigma brasileiro, sua origem e originalidade.

> O que me inspira é o mais absoluto sentimento de objetividade: somente os fatos me preocupam e somente trabalhando sobre eles é que infiro e deduzo. Nenhuma ideia preconcebida. Nenhuma preocupação de escola. Nenhuma limitação de doutrina. Nenhum outro desejo senão o de ver as coisas como as coisas são – e dizê-las como realmente as vi (Vianna, 1956, p.50).

Se a força da retórica no campo da opção política ficasse submissa à sua explicitação, o movimento teórico realizado levaria Oliveira Vianna, assim como toda sociologia modernista, a encampar suas soluções prognósticas a partir do passado. O diagnóstico serviria como base. Mas tal diagnóstico excitaria dois momentos, o passado e o presente, na medida em que o sentido da contemporaneidade seria definido por sua historicidade. O prognóstico, associado às proposições efetivamente políticas, aguardaria pacientemente o desenrolar do diagnóstico e sua dupla feição. Ao assumir, pelo menos retoricamente, a postura livre frente a doutrinas ou ideias preconcebidas, abriria-se de forma mais clara a intervenção a se realizar. A liberdade do analista, ou pelo menos seu sentido, traria a reboque as difíceis relações entre historiografia e política, entre a cultura historiográfica e o modo de argumentação da sociologia modernista no mundo público.

> Diante de todo e qualquer sistema de doutrinas, social, jurídico ou político, a minha atitude é sempre pragmatista. *Estes sistemas, estas doutrinas só me valem pelos resultados: se bons, a doutrina é boa; se maus, a doutrina é má. Nunca me preocupo com saber se uma doutrina é teoricamente boa*. Em regra, toda doutrina, considerada teoricamente, é boa. Mas, um problema social não pode ser resolvido teoricamente; há de estar preso pelos seus elementos equacionais à realidade da vida social (Vianna, 1942, p.113).

Ao adotar esta atitude pragmatista, Oliveira Vianna desembocaria no cerne da questão do tema da neutralidade e objetividade da sociologia modernista dos anos 1930. Enquanto epistemologia da historiografia, e por certo da própria sociologia, não seria possível alcançar uma forma de conhecimento inteiramente independente do conhecedor, apagando sua presença; todo conhecimento só existiria enquanto processo interpretativo do analista. A objetividade para a sociologia modernista não

seria despersonalização, mas controle da paixão. Ao invés de tentar suprimir o autor e a opinião pessoal, a sociologia modernista exploraria as possibilidades que se ofereceriam ao juízo pessoal na interpretação do país. Esse movimento dentro da epistemologia exigiria do analista um elevado nível de consciência e explicitação dos seus pressupostos, além da constituição de uma clara agenda de pesquisa centrada em sua contemporaneidade.

Sem essas tensões entre analista e objeto de estudo, entre interpretação e opinião, entre objetividade e pessoalidade, os estudos não teriam nada de revelador, seriam apenas histórias descritivas, nada acrescentariam à compreensão do país, pois diriam o óbvio e se ancorariam na simples descrição e enumeração dos fatos históricos (Bastos, 2003). A história, por sua natural imprecisão e característica enquanto filosofia da história, abriria um rico manancial de possibilidades a se explorar, em tentativas de delimitar o seu alcance, de determinar aproximações do presente ao passado. Ao apontar para uma historiografia centrada em imagens, aproximações e metáforas, a sociologia modernista constituiria uma historiografia peculiar (Martins, 2019). Certamente, poderia se avaliar a qualidade de uma metáfora, de uma interpretação fundada em imagens e aproximações, por sua plausibilidade, pelo grau de isomorfismo que aponta, pelas novas possibilidades de entendimento que franqueia, por sua amplitude, por sua originalidade, entre outros critérios, mas jamais se poderia avaliá-la por uma adequação aos fatos, passível de verificação, pelo motivo, muito simples, de que não haveria fatos anteriores à interpretação: é ela quem os constitui. Ao revés, o julgamento e a interpretação seriam postos a serviço do efeito de neutralidade. Nisto residiria a chave de compreensão da argumentação proposta pela sociologia modernista e seus usos da história. E, além disso, dos fatores operacionais relativos à filosofia da história e à historiografia que empreenderam, na adoção de um suporte de escrita maleável por excelência, o ensaio. Ao final da década de 1930, Nestor Duarte resumiria suas intenções ao se utilizar do ensaio, apontando que:

> [...] este ensaio, todavia, não se encerra com o propósito de perseguir e esgotar conclusões. Não quer, mesmo, ser um livro de conclusões. Visa antes trazer para o primeiro plano das cogitações do que se vem chamando com razão "estudos brasileiros", os elementos e consequente interpretação de certas formas e constantes da vida brasileira, na certeza de que eles podem fazer luz ou explicar muitas das irredutibilidades do

> meio brasileiro e do seu tipo social, aos vínculos e sentido do processo político a que uma nação que se forma há de propender e chegar (Duarte, 1939, p.129).

Mais uma vez, a insistência sobre os argumentos relacionados ao suporte de escrita utilizado se faz necessária, pois se constitui enquanto "forma original de investigação e descoberta do Brasil" (Arantes, 1992, p.21). O ensaio como estilo possibilitou a construção de uma imaginação sociológica através das interpretações realizadas ao possibilitar a captura da originalidade do tempo-espaço brasileiro. A abertura e a flexibilidade do ensaio se associariam à própria plasticidade do conteúdo tratado e apontariam para a superação do dilema da objetividade e da neutralidade do conhecimento produzido. É pelo ensaio que os intelectuais brasileiros refundariam a descoberta do Brasil, como lembrava Oliveira Vianna. Gilberto Freyre, no prefácio de *Casa Grande & Senzala* (2002), era taxativo a essa funcionalidade da escrita que se associava à ânsia explicativa ao apontar que "era como se tudo dependesse de mim e dos de minha geração; da nossa maneira de resolver questões seculares" (Freyre, 2002, p.45).

A partir das características do ensaio como forma, e seu dinamismo na escrita, foi possível capturar o movimento de construir-se pela proposição de algo novo, de uma nova experiência histórica que apesar dos seus contratempos se realizava fora do contexto europeu (Nicolazzi, 2008). O conteúdo criativo e inerente deste movimento de construção não poderia ser mediatizado pelas formas convencionais operadas em outros locais, experiência que se relacionava à interpretação desta sociologia que se deparava com duas perspectivas que se misturavam: a de que o caso nacional seria específico se comparado a outros casos e a de que estaria na fluidez do tempo seu aspecto formativo.

> Os ensaios reunidos neste livro fixam algumas observações e comentários críticos, sugeridos ao autor pelos problemas que se apresentam de um modo geral a todas as nações e aos quais o Brasil não pode permanecer mais indiferente. O nosso desenvolvimento histórico distinguiu-se no passado pela falta de sincronismo entre a marcha do progresso brasileiro e o ritmo geral da evolução do mundo civilizado (Amaral, 1934, p.7)

Desta experiência de confronto com outros desenvolvimentos nacionais se insurgiriam diferentes tempos históricos que coexistiriam e confeririam especial

densidade à realidade que interpretassem, em um esforço de compor o mapa da cultura, revelando sua capacidade de mediadores entre mundos e articuladores de experiências. Não obstante, apresentariam como fundamento um caráter dialógico das análises, fazendo aflorar comparações com outras experiências, como a inglesa, a norte-americana e a francesa, emergindo com maior clareza as diferenças no andamento moderno, as singularidades do próprio território e sua natureza e a pluralidade desta constituição social.

O diagnóstico de uma Modernidade Patológica

A sociologia modernista apostaria na busca das origens das questões contemporâneas em um duplo sentido: das origens no sentido de formação, desenvolvimento e evolução, e no sentido da originalidade do caso brasileiro. No campo da construção de sua epistemologia do conhecimento e de suas relações com uma perspectiva mais ampla de abrangência da formação do mundo moderno, apostaria na perspectiva de uma história total, advindo de uma síntese entre cada caso estudado, uma espécie de mosaico que aos poucos se completaria. Assim, o caso brasileiro, originário e original, se tornaria dotado de sentido por sua composição no mapa geral do mundo. Conhecer o Brasil, nestes termos, era conhecer a própria modernidade. Ou em linguagem mais contemporânea, conhecer a modernidade-mundo.

> Só depois desse formidável trabalho de investigações e análises, consubstanciadas em monografias exaustivas sobre cada agrupamento humano, e do estudo meditado dessa massa colossal de dados e conclusões locais, vinda de todos os pontos do globo, será possível à ciência social elevar-se às grandes sínteses gerais sobre a evolução do homem e das sociedades (Vianna, 1956, p.33-34).

O tema de uma espécie de geopolítica do conhecimento, e sua consequente formação de variadas geografias do modernismo, locupletaria-se de forma que intelectuais inscritos às margens do sistema-mundo estariam interessados em desvendar suas peculiaridades. Entretanto, o tema central pelo qual se movimentaria a sociologia modernista brasileira conduziria às relações entre centro e periferia de forma a rejeitar veementemente a perspectiva de cópia ou de reprodução acrítica dos

padrões que formariam as sociedades centrais. Surgiria pelo movimento inicial da sociologia modernista, e sua separação analítica entre Estado e sociedade, entre política e sociologia, um profundo desconforto na aplicabilidade de modelos e respostas exógenas aos diagnósticos efetuados, de modo que, através do ensaio, esses intelectuais buscariam essa originalidade no tratamento das questões tipicamente nacionais.

A comparação funcionou como um poderoso recurso não só no cotejamento entre semelhanças e diferenças que se produziram em espaços geográficos e sociais distintos, mas também entre as culturas presentes no mesmo espaço nacional. Em outras palavras, a contrastividade interna presente na sociedade informaria também a contrastividade em relação ao resto do mundo, esboçando-se uma peculiar cartografia semântica a partir dessas relações entre tempos-espaços distintos. Assim, a heterogeneidade deveria ser expressa através de um tipo de texto que fosse capaz de capturar as adversidades e infortúnios da hibridez do território e da sociedade, capaz de interpretá-los e de produzir um desvio cognitivo em relação aos meios tradicionais de escrita da ciência moderna, como os tratados científicos, por exemplo.

Sob este aspecto, a sociologia modernista apontava para uma característica típica desses espaços-tempo, nos quais existiria uma confluência para a inventividade em seu aspecto construtivo e o inacabamento, se comparado, como fazem os ensaístas, a outros andamentos modernos. E nenhum estilo de escrita se tornaria mais propício do que o ensaio, na medida em que a inventividade e o inacabamento são seus pilares básicos. Como apontou Nestor Duarte, seu "ensaio, todavia, não se encerra com o propósito de perseguir e esgotar conclusões. Não quer, mesmo, ser um livro de conclusões" (Duarte, 1939, p.129), mas não deixaria de ressaltar características advindas de um argumento que procuraria certa cientificidade, certa capacidade interpretativa com objetivos e métodos.

Apesar deste sentido de imprecisão e inacabamento, o ensaio seria uma abordagem capaz de desvendar os mistérios da história e da sociologia no país. Ao analisar o ensaio de Gilberto Freyre, Ricardo Benzaquen advertiu que:

> [...] a imprecisão e o inacabamento da sua construção terminam, até certo ponto, sendo compensados, pela acuidade, pela agudeza e profundidade envolvidas em sua abordagem, supostamente em

> condições de alcançar, ainda que de forma ligeira e indireta, as grandes questões da existência (Araújo, 1994, p.202).

Outro aspecto fundamental que o ensaio intrinsecamente possibilitou à sociologia modernista é a própria temporalidade que o encerra. A sua imediatez constitutiva revelaria a ânsia intelectual pelo movimento de construir-se. Dois pontos se associam a esta característica. O primeiro se relaciona à possibilidade do ensaio flexibilizar-se continuamente, movimentando-se na liberdade que lhe é conveniente enquanto estilo processual, estabelecido pela sua infixidez. Outro aspecto da temporalidade presente neste suporte de escrita é sua contiguidade afeita à contemporaneidade e à inserção no debate público (Adorno, 2003). Essa temporalidade imediata do ensaio e sua relação direta com o pragmatismo e a inventividade oriundos da imperiosa necessidade de uma interpretação de seu território e sua população a partir dos pressupostos e conceitos da sociologia dirigiria o movimento que oscilaria de uma proposição individual a uma concepção de palavra pública, e sua entrada no universo de publicização das ideias (Martins, 2019), com uma diferença explícita das gerações anteriores: a tentativa de controle do tempo.

> O livro que vai ser entregue ao público representa mais um ensaio crítico, tendo por finalidade prosseguir no encadeamento de estudos sociológicos e políticos em torno dos problemas brasileiros. [...] Escrever portanto um livro exprimindo opiniões políticas individuais é uma forma normal de intervir na vida pública do país, posta ao alcance de qualquer cidadão (Amaral, 1938, pp.6-8).

Nas florações da sociologia modernista dos anos 20 e 30 é que se formulou com mais vigor a tese da hipertrofia do privado, identificando a família de tipo patriarcal como a agência crucial de coordenação da vida social que se veio formando desde a colonização portuguesa, em relação a uma esfera pública atrofiada identificada ao Estado. Em todos esses autores, os elementos da sociedade brasileira em seu período colonial ainda se fariam presentes – variando de intensidade de autor para autor - impedindo a consolidação plena de instituições e valores da modernidade ocidental clássica. Nessa vertente do pensamento social brasileiro, uma atávica herança patrimonial-patriarcal acabara sutilmente assumindo o caráter de variável independente, supostamente capaz de explicar, ao longo de toda a história

brasileira, especialmente no mundo rural, as formas e as configurações políticas e sociais que aqui se consolidaram (Tavolaro, 2005; Lavalle, 2004).

Mais ou menos explícita nas interpretações propostas por cada um daqueles autores encontra-se a ideia de que no Brasil contemporâneo a eles Estado, economia e sociedade civil jamais teriam sido capazes de se diferenciar plenamente e, dessa forma, de se dinamizar a partir de lógicas e códigos próprios. O domínio público teria sido raptado e subjugado à lógica e aos propósitos das esferas de convívio familiar, códigos pessoais e privados, sociabilidade restritiva, razão pela qual as regras impessoais e racionalizadas seriam frequentemente relegadas a segundo plano (Martins, 2019). Nessa sociedade jamais se atingiu o grau e a extensão da diferenciação social, da secularização e da separação entre o público e o privado observados nas sociedades modernas centrais[6].

Vale lembrar que no discurso sociológico da modernidade ocidental europeia, as chamadas sociedades modernas centrais são tidas como aquelas em que o Estado, o mercado e a sociedade civil ocuparam esferas plenamente diferenciadas entre si, reguladas exclusivamente por códigos próprios e dinamizadas por lógicas particulares. Os âmbitos público e privado, por sua vez, são também plenamente separados, cada um dos quais ordenados por códigos e lógicas particulares, comunicando-se apenas através de canais apropriados que mantêm inalterados os termos e as regras de cada um dos domínios.

Palavras Finais

Trata-se, segundo esta trilha que se percorreu, da formação de uma consciência sociológica na qual, mais do que simplesmente relacionar política e sociedade, ambicionaria-se especificar os fundamentos e a dinâmica social da dominação política brasileira. Seria através deste tipo de ensaio que se ganharia inteligibilidade a tendência a relacionar aquisição, distribuição, organização de poder à estrutura social. Posto nestes termos, a ação social e a ação política dispostas nessa historicidade inerente a cada uma produziria ritmos temporais diferenciados.

[6] Esse ponto é fundamental para entendermos as diferenças entre os "tipos de modernidade" a partir da conjugação do modernismo e da modernização que se estabelece no Brasil se comparados a outros casos nacionais.

Movimento analítico que configuraria, num certo sentido, a precedência da sociologia sobre a política, amparado pelo método historiográfico.

Neste momento, o passado seria importante para definir os rumos desta sociologia da contemporaneidade. Sociologia essa que exprimiria de fato um caminho alternativo do andamento moderno através de suas dicotomias: campo e cidade; rural e urbano; litoral e sertão; centro e periferia; público e privado; interesse e virtude; iniciativa e inatividade; empreendimento e comedimento; vontade e contingência, em uma difícil síntese. A tese possuiria seu lugar ao reanimar as tradições, a colocá-las sob a chave da influência na contemporaneidade. A antítese, a conjugar a novidade e as possibilidades abertas pelo desenrolar histórico, inclusive seu futuro. E, ao sair de dentro do modernismo, essa sociologia, e em certa medida o pensamento social e político latino-americano, carregaria essa contradição como fundamento da sua modernidade, em especial na forma como abordou seus territórios e seus personagens postos na ação da história, exacerbando uma cartografia semântica e uma figuração de seus personagens.

Dito de outra forma, ao procurarem explicar essa difícil síntese conheceriam a modernidade brasileira e, generalizando, a modernidade latino-americana, no sentido de contemporaneidade e historicidade, e isso sob a ótica de uma espécie de modernidade alternativa. O campo possuiria sua sociologia, seus personagens principais, com sua subjetividade, sua atuação no mundo. O latifúndio como fundo para as ações realizadoras de interesses e virtudes para o fazendeiro, o escravo, o capanga, o homem livre comum, o tempo lento no seu desenrolar a incrustar a vida social e a estabelecer certos tipos de solidariedade e interesses. A cidade, local das inter-relações sociais e *lócus* do tempo célere, da iniciativa, da volúpia do viver moderno, dos seus personagens liberais e de sua sociabilidade muitas vezes subsumida ao mundo rural e incapaz de encontrar terreno fértil para o seu avanço.

A compreensão da cidade e do mundo rural passaria pela análise de todos os elementos que comporiam o seu quadro: terra, água, clima, homens, civilização, cultura, arquitetura, trabalho, ideias, símbolos. O campo e a cidade não seriam apenas materialidade, possuiriam uma dimensão simbólica, subjetiva, que também atuaria na construção de suas formas espaciais. A significação do espaço, urbano ou rural, conferiria aos indivíduos e coletividades unidade e identidade com o seu entorno, em uma espécie de estruturação sígnica do espaço.

Cada local estruturaria uma espécie de cartografia semântica, que atribuiria a um determinado tempo-espaço certos modos de viver, pensar e experimentar o mundo, certos tipos sociais, certa solidariedade, certa constituição de interesses e virtudes em sua sociabilidade, marcada no Brasil, através do modernismo e de sua sociologia modernista, por certa inventividade e certo pragmatismo, pensados para dialogicamente desvendar essa alternativa à modernidade central.

Se a sensibilidade temporal indicava a aceleração do tempo pela dinâmica do contexto, a realização da difícil síntese brasileira, composta pelos dualismos e as diversas contrastividades internas e externas, norteava uma percepção do tempo que estaria cindido. O tempo de cada dualidade possuiria um ritmo diferente. Antes de se adentrar no debate sobre a cartografia semântica e a figuração, cabe uma reconstrução dos principais argumentos contidos na floração da sociologia modernista dos anos 1930.

Referências

ADORNO, Theodor. **Notas de Literatura I.** São Paulo: Editora 34, 2003.

AMARAL, Antônio José de Azevedo. **O Brasil na crise atual**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934.

AMARAL, Antônio José de Azevedo. **O Estado Autoritário e a Realidade Nacional**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1938.

ARANTES, Paulo. **Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira: dialética e dualidade segundo Antônio Candido e Roberto Schwartz.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. **Guerra & Paz: Casa Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30.** São Paulo: Editora 34, 1994.

BASTOS, Élide Rugai. **Gilberto Freyre e o pensamento hispânico. Entre Dom Quixote e Alonso El Bueno.** Bauru/SP: EDUSC, 2003.

BOMFIM, Manuel. **América Latina: males de origem** (2ª ed.). Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

BOTELHO, André. Sequências de uma sociologia política brasileira. **Revista Dados**, Rio de Janeiro: v. 50, n. 1, 2007. https://doi.org/10.1590/S0011-52582007000100003

BRANDÃO, Gildo. Linhagens do pensamento político brasileiro. **Revista Dados**, Rio de Janeiro: v. 48, n. 2. pp. 231-269, 2005. https://doi.org/10.1590/S0011-52582005000200001

BURKE, Peter. **História e Teoria Social**. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

CAMPOS, Francisco. **O Estado Nacional**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1940.

CARVALHO, Maria Alice Rezende. Temas sobre a organização dos intelectuais no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** Vol. 22 n. 65, 2007.https://doi.org/10.1590/S0102-69092007000300003

COTRIM, ALINE DE SÁ; MAIO, Marcos Chor. O nascimento de uma produção sociológica: os estudos de Hiroshi Saito sobre a imigração japonesa no Brasil (1947-1953). **CONTEMPORÂNEA** (ONLINE), v. 11, p. 201-227, 2021. https://doi.org/10.31560/ 2316-1329.111.8

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. São Paulo: Ediouro, 2008.

DIEHL, Astor Antônio. **A cultura historiográfica brasileira. Do IHGB aos anos 1930.** Passo Fundo, Ediupf, 1998.

DUARTE, Nestor. **A Ordem Privada e a Organização Social.** São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1939.

FREYRE, Gilberto. Brasil República. In: MORAIS, Ruben & BERRIEN, William (Dir.) **Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros**. Brasília, Senado Federal, 1998.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala.** Rio de Janeiro: Record, 2002.

FREYRE, Gilberto. **Ordem e Progresso.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mocambos**. Rio de Janeiro: Record, 1987.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LAVALLE, Adrian Gurza. **Vida Pública e Identidade Nacional: leituras brasileiras**. São Paulo: Editora Globo, 2004.

LEPENIES, Wolf. **Between Literature and Science: the rise of sociology.** Cambridge University Press, 1988.

LYNCH, Christian E. C. Por Que Pensamento e Não Teoria? A Imaginação Político-Social Brasileira e o Fantasma da Condição Periférica (1880-1970). **Dados**, vol. 56, nº 4, 2013. pp. 727-767, 2013. https://doi.org/10.1590/S0011-52582013000400001

MAIA, João Marcelo. Ao Sul da Teoria: a atualidade teórica do pensamento social brasileiro. **Revista Sociedade e Estado,** vol. 26 Nº 2, pp. 71-94, maio-agosto, 2011. https://doi.org/10.1590/S0102-69922011000200005

MARTINS, Maro Lara. A vocação modernista cultura e política na experiência intelectual do modernismo brasileiro. **Intelligere**, (14), 1-29, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.11606/issn.2447-9020.intelligere.2022.208928. Acesso em: 20 dez. 2023.

MARTINS, Maro Lara. Entre a cultura e a política: a sociologia modernista dos anos 1930. **Revista Estudos Políticos**, vol.5, n.2, 2014. https://periodicos.uff.br/revista_estudos_politicos/article/view/38912/22357

MARTINS, Maro Lara. **Sociologia, modernismo e interpretação do Brasil.** São Paulo: Alameda, 2019.

MICELI, Sérgio (org.) **História das Ciências Sociais no Brasil**. Volume 1. São Paulo: Vértice, IDESP/Finep, 1989.

MORAIS, Ruben & BERRIEN, William (Dir.) **Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros**. Brasília, Senado Federal, 1998.

MURARI, Luciana. As artes da ficção: Oliveira Vianna e a imaginação literária regionalista de Godofredo Rangel e Afonso Arinos. **Varia História**. Belo Horizonte, v. 27, n. 45, Junho, 2011. https://www.scielo.br/j/vh/a/tJ7WfVJzg9GHsvsnX8vKDjy/?format=pdf&lang=pt

NICOLAZZI, Fernando. **Um estilo de história: a viagem, a memória e o ensaio**. Porto Alegre, UFRGS, 2008.

PRADO JUNIOR, Caio. **Evolução política do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ROMERO, Sílvio. **Literatura, História e Crítica**. Rio de Janeiro/Aracaju, Imago/UFS, 2002.

TAVOLARO, Sergio. Existe uma Modernidade Brasileira? Reflexões em torno de um dilema sociológico brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, p. 5-22, 2005. https://doi.org/10.1590/S0102-69092005000300001

TORRES, Alberto. **A Organização Nacional**. Brasília, Editora da UnB, 1982.

VIANNA, Francisco Oliveira**. Evolução do povo brasileiro.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

VIANNA, Francisco Oliveira. **Populações Meridionais do Brasil.** Niterói, EDUFF, 1987.

WERNECK VIANNA, Luiz. **A Revolução Passiva: iberismo e americanismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

Recebido em Maio de 2023
Aprovado em Junho de 2024